



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco VR S.A. (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco VR S.A. (“Conglomerado Prudencial”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado Prudencial de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as



demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que foram elaboradas pela administração do Conglomerado Prudencial para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase – Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações do Conglomerado Prudencial são realizadas com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco VR S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de agosto de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Conglomerado Prudencial é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Conglomerado Prudencial continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações posteriores tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Disponibilidades	301	662	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	385.494	356.279
Instrumentos financeiros	439.991	404.287	Depósitos (nota 12)	384.318	356.277
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	328.120	296.257	Obrigações por operações compromissadas	294	-
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	-	2.340	Relações interfinanceiras	876	-
Relações interfinanceiras (nota 7)	111.871	105.690	Relações interdependências	6	2
Outros instrumentos financeiros	17.546	17.723	Outros passivos (nota 13)	42.577	33.078
Outros créditos (nota 8)	17.546	17.723	Cobrança e arrecadação de tributos Sociais e estatutárias	25	5
Outros Ativos	1.920	1.920	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	148	262
Outros valores e bens (nota 9)	1.920	1.920	Diversas	13.358	12.561
Investimentos	5	5	Patrimônio líquido (nota 17)	31.721	35.268
Outros investimentos	5	5	Patrimônio líquido dos controladores	31.476	35.021
Imobilizado (nota 11)	29	28	Capital de domiciliados no país	93.738	93.738
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	207 (178)	201 (173)	Reservas	8.310	8.310
Intangível	-	-	Outros Resultados Abrangentes	-	74
Gastos com implantação (Amortização acumulada)	165 (165)	165 (165)	Prejuízos acumulados	(70.572)	(67.101)
TOTAL DO ATIVO	459.792	424.625	Participação de Não Controladores	245	247
			TOTAL DO PASSIVO	459.792	424.625

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas da intermediação financeira	3.700	7.666
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.700	7.666
Despesas da intermediação financeira	(4.277)	(8.161)
Operações de captação no mercado	(4.277)	(8.161)
Resultado bruto da intermediação financeira	(577)	(495)
Outras receitas operacionais	4.608	7.532
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	3.914	5.456
Resultado de participação em controlada (nota 10)	-	(235)
Outras receitas operacionais (nota 20)	694	2.311
Outras despesas operacionais	(7.480)	(6.302)
Despesas com provisões operacionais	-	(1)
Despesas de pessoal	(1.881)	(1.849)
Outras despesas operacionais (nota 21)	(1.278)	(532)
Outras despesas administrativas (nota 19)	(4.107)	(3.584)
Despesas tributárias	(214)	(336)
Resultado operacional	(3.449)	735
Resultado não operacional	(24)	(3)
Resultado antes da tributação	(3.473)	732
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	-	(304)
Provisão de IRPJ e CSLL	-	(304)
	-	-
Participação de não controladores nos resultados de controlada	2	1
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(3.471)	429
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	-0,91	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas		Outros resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total Patrimônio Líquido
		Reservas de capital	Reserva legal					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	146.248	543	7.746	149	(65.516)	89.170	249	89.419
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(32)	-	(32)	-	(32)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	429	429	(1)	428
Destinação proposta:								
Reservas	-	-	21	-	(21)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	146.248	543	7.767	117	(65.108)	89.567	248	89.815
Saldos em 31 de dezembro de 2020	93.738	543	7.767	74	(67.101)	35.021	247	35.268
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(74)	-	(74)	-	(74)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(3.471)	(3.471)	(2)	(3.473)
Saldos em 30 de junho de 2021	93.738	543	7.767	-	(70.572)	31.476	245	31.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (METODO INDIRETO)- CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre	(2.835)	692
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(3.471)	429
Depreciações e amortizações	5	5
Resultado de participação em controlada	-	235
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(74)	-
Provisões para contingências	705	23
Varição em Ativos e Passivos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	(12.025)	(7.989)
(Aumento) redução das aplicações em operações compromissadas	(46.359)	(75.330)
(Aumento) redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	(9)	7.598
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	2.340	(12)
(Redução) aumento de depósitos	28.038	31.878
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(5.301)	26.779
(Aumento) obrigações por operações compromissadas	294	-
(Aumento) redução de outros créditos	177	(104)
(Aumento) redução de outros valores e bens	-	(1.920)
(Redução) aumento de outras obrigações	8.795	3.122
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(14.860)	(7.297)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6)	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(6)	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(14.866)	(7.297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	16.201	8.693
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.335	1.396
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(14.866)	(7.297)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco VR S.A. (“Banco”) opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A com 99,42% de participação.

Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,57% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,43% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% suas obrigações com clientes.

A instituição vê a oportunidade de aumentar a demanda dos seus produtos de tesouraria e investimentos, já que a empresa ligada ao Grupo, a VR Benefícios, que atua no segmento de benefícios para os trabalhadores, tem a expectativa de crescimento em 28% do faturamento de crédito em 2021.

Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 22. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

O Banco VR S.A atua como líder do Conglomerado Prudencial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL E BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco VR S.A. e sua controlada (“Consolidado Prudencial”), foram elaboradas e estão apresentadas em cumprimento à Resolução BACEN nº 4.280/2013 e Circular BACEN nº 3.701/2014 e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluem as demonstrações do Banco e de sua controlada, VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário (“DTVM”) cuja participação do Banco em seu capital social é de 95,46%. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados. As demonstrações do Banco e de sua controlada, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e normas específicas expedidas pelo BACEN e através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais mil (R\$), moeda funcional do Consolidado Prudencial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) **Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “ajustes de avaliação patrimonial”.

e) **Outros créditos**

São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos.

f) **Outros valores e bens**

Outros valores e bens referem-se, a bens não de uso próprio, composto por um imóvel dado como garantia de uma operação de crédito antiga. Imóvel está mensurado por avaliação de mercado.

g) **Investimentos**

Os investimentos em controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

h) **Imobilizado de uso**

É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

i) **Intangível**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização dos gastos de organização e expansão é calculada pelo método linear, a taxa anual de 10%.

j) **Valor recuperável de ativos**

A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos.

k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, foi constituída à alíquota de 20%.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho a dezembro de 2021.

m) Estimativas contábeis

A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por *impairment* e dos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Controle gerenciamento de risco

Para atender a Resolução 4.557/17, o Conglomerado Prudencial dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Conglomerado Prudencial tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Conglomerado Prudencial tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Conglomerado Prudencial tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Conglomerado Prudencial tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

o) Resultado recorrente / não recorrente

Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição

financeira”. Além disto, a Administração do Conglomerado Prudencial considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 3.471 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	301	662
Aplicações em operações compromissadas (*)	<u>1.034</u>	<u>15.539</u>
	<u>1.335</u>	<u>16.201</u>

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, somente os montantes de aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações no mercado aberto – posição bancada (b)	<u>323.100</u>	<u>291.246</u>
Letras do tesouro nacional	173.098	232.256
Letras financeiras do tesouro	50.004	58.990
Notas do tesouro nacional	99.998	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>5.020</u>	<u>5.011</u>
Certificados de depósito interfinanceiro (a)	<u>5.020</u>	<u>5.011</u>
	<u>328.120</u>	<u>296.257</u>

(a) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem rendimentos de 105,5% a.a. do DI (2020 – 105,5% a.a. do DI), com vencimentos em 23/08/2021 (2020 – 04/01/2021 a 17/05/2021).

(b) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e possuem vencimento até 90 dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Conglomerado Prudencial não possui títulos e valores mobiliários registrados em 30 de junho de 2021 (2020 – R\$ 2.340).

Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

	31/12/2020				
	<u>Valor de Custo Atualizado</u>	<u>Até 360 dias</u>	<u>Após 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Ajuste valor de mercado contrapartida do PL</u>
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>					
Notas do Tesouro Nacional (*)	<u>2.266</u>	<u>2.340</u>	<u>-</u>	<u>2.340</u>	<u>74</u>
	<u>2.266</u>	<u>2.340</u>	<u>-</u>	<u>2.340</u>	<u>74</u>

Rendimentos contratados dos papéis

(*) Possui rendimentos indexados ao IPCA+5,66% ao ano em 2020.

Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

O Conglomerado Prudencial não operou com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	111.626	105.516
Créditos vinculados	60	41
Correspondentes	<u>185</u>	<u>133</u>
Total	<u>111.871</u>	<u>105.690</u>
Curto prazo	111.871	105.690

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

8. OUTROS CRÉDITOS

30/06/2021 31/12/2020

Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	16.402	16.545
Imposto de renda a compensar	912	898
Valores a receber	100	94
Outros	132	186
	<u>17.546</u>	<u>17.723</u>
Curto prazo	1.144	1.178
Longo prazo	16.402	16.545

9. OUTROS VALORES E BENS

Em 02 de janeiro de 2020, o Banco VR S.A. recebeu um imóvel no valor R\$ 1.920 referente a uma operação já baixada para prejuízo, tal bem está registrado como BNDU (Bens não de uso próprio).

10. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

	VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A.	
	Controlada em conjunto	
	30/06/2021	29/02/2020
% de participação	-	31,03%
Capital social	-	-
Patrimônio Líquido	-	169.199
Lucro Líquido	-	(758)
Valor contábil do investimento	-	52.510
	30/06/2021	30/06/2020
Resultado de equivalência patrimonial	-	(235)

(*) Em 14 de agosto de 2020, foi aprovada pelo Banco Central do Brasil a redução do capital social do Banco mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. de 29 de fevereiro de 2020, o que representou R\$ 52.510.

11. IMOBILIZADO

<u>Taxas</u> anuais de depreciação	<u>30/06/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido

Instalações	10	45	(45)	-	45	(45)	-
Máquinas e equipamentos	10	53	(51)	2	53	(50)	3
Móveis e equipamentos	10	9	(9)	-	9	(8)	1
Equipamentos de informática	20	<u>100</u>	<u>(73)</u>	<u>27</u>	<u>94</u>	<u>(70)</u>	<u>24</u>
Total		<u>207</u>	<u>(178)</u>	<u>29</u>	<u>201</u>	<u>(173)</u>	<u>28</u>

12. DEPÓSITOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos à vista	907	16.006
Depósitos a prazo	<u>383.411</u>	<u>340.271</u>
	<u>384.318</u>	<u>356.277</u>
Curto Prazo	951	17.629
Longo Prazo	383.367	338.648

A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,57% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,43% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 22).

13. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para impostos e contribuições a recolher	177	182
Provisão para riscos fiscais (notas 16.b)	13.180	12.379
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16.b)	138	234
Provisão para outros riscos – cíveis (nota 16.b)	275	275
Provisão para pagamentos a efetuar	489	550
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	4.879	4.879
Pagamento a fornecedor (b)	23.260	14.308
Outros	<u>179</u>	<u>271</u>
	<u>42.577</u>	<u>33.078</u>
Curto prazo	28.984	20.190
Longo prazo	13.593	12.888

a) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi instituído pela Lei No. 13.496/17. Em conformidade com o art. 2º., parágrafo 2º, o Banco utilizou Prejuízo Fiscal de Base Negativa de sua controladora, Szajman Participações Societárias S.A. para pagamento de seus débitos perante a RFB, desta forma, o Banco possui um valor a pagar a sua controlada referente a aquisição desses créditos.

b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos Ecs (estabelecimentos comerciais),

devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(3.471)	733
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.562	(330)
Adições (exclusões):	<u>(301)</u>	<u>26</u>
Resultado de participação em controlada	(24)	117
Outras	<u>(277)</u>	<u>(91)</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	304

Em 30 de junho de 2021 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 11.875.

15. OUTROS PASSIVOS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições a recolher	178	182
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	<u>13.180</u>	<u>12.379</u>
	<u>13.358</u>	<u>12.561</u>
Curto Prazo	178	182
Longo Prazo	13.180	12.379

16. PROVISÃO, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2020	<u>11.571</u>	<u>1.162</u>	<u>250</u>	<u>12.983</u>
Depósitos	4.644	18	-	4.662
Baixas por pagamento	-	(1.100)	-	(1.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>16.215</u>	<u>80</u>	<u>250</u>	<u>16.545</u>
Depósitos	-	-	-	-
Baixas por pagamento	(66)	(77)	-	(143)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>16.149</u>	<u>3</u>	<u>250</u>	<u>16.402</u>

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos fiscais (nota 13)	13.180	12.379
Provisão para riscos trabalhistas (nota 13)	138	234
Provisão para outros riscos – cíveis (nota 13)	<u>275</u>	<u>275</u>
Total	<u>13.593</u>	<u>12.888</u>

c) Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	12.293	1.262	275	13.830
Constituição	86	175	-	261
Baixas	-	(1.203)	-	(1.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12.379</u>	<u>234</u>	<u>275</u>	<u>12.888</u>
Constituição (1)	970	45	-	1.015
Baixas (2)	(169)	(141)	-	(310)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>13.180</u>	<u>138</u>	<u>275</u>	<u>13.593</u>

- 1) Valor referente a constituição de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota nº21 a).
- 2) Reversão de provisão de riscos cíveis e trabalhistas, devido a encerramento de processos, registrado em outras receitas operacionais (nota nº.20).

Riscos Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos

realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Riscos Cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei, a jurisprudência e levam em conta as datas esperadas de pagamentos.

Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias

Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é:

- ✓ IRPJ - Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Fiscais						
Provável	1	3.265	1.906	1	3.224	1.906
Possível (*)	1	929	4.644	2	169	4.710
Remota (*)	3	8.986	9.599	1	8.986	9.599
Trabalhista						
Provável	3	138	3	5	234	80
Cíveis						
Possível (*)	-	-	-	-	-	-
Remota (*)	3	275	250	3	275	250
Ativo não Circulante	-	-	16.402	-	-	16.545
Passivo não Circulante	-	13.593	-	-	12.888	-

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ou por possuírem depósitos judiciais ou por fatores específicos, são considerados pela Administração como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado em 30 de junho de 2021 por 3.808.236 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2020), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 93.738 (R\$ 93.738 em 2020).

Em 14 de agosto de 2020, o Banco central do Brasil aprovou a redução do capital, de R\$ 146.248 para R\$ 93.738, com uma redução, portanto, de R\$ 52.510, por julgar o capital do Banco excessivo em relação ao seu objeto social. Em contraprestação à redução de capital ora aprovada, o valor total correspondente à redução do capital social do Banco foi restituído de forma proporcional ao seu acionista controlador SZAJMAN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido semestral como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendas por serviço de pagamento (a)	1.576	3.326
Rendas de tarifas bancárias	2.337	2.129
Outras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>3.914</u>	<u>5.456</u>

- (a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A., atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas de aluguéis	103	91
Despesas de comunicações	87	59
Despesas de processamento de dados	1.450	1.381
Despesas de serviços de terceiros	734	550
Despesas de serviços de vigilância e segurança	89	141
Despesas de serviços de técnicos e especializados	636	336
Despesas de publicações	205	173
Despesas de serviços do sistema financeiro	648	671
Despesas de amortização e depreciação	5	5
Outras	<u>150</u>	<u>177</u>
	<u>4.107</u>	<u>3.584</u>

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Reversão de provisões diversas	262	129
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis	310	102
Remuneração de impostos a compensar	14	6
Ganhos de processos judiciais (a)	108	2.073
Outras	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>694</u>	<u>2.311</u>

(a) Em 02 de janeiro de 2020, o Banco VR S.A. recebeu um imóvel no valor R\$ 1.920 como garantia de uma operação de crédito antiga, tal bem está registrado como BNDU (Bens não de uso próprio).

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais (a)	1.015	180
Obrigações legais	158	323
Acordo de processos e baixa por pagamento (b)	79	27
Outras	<u>26</u>	<u>2</u>
	<u>1.278</u>	<u>532</u>

(a) Valor referente a constituição de provisão para riscos fiscais e obrigações legais (nota nº.16 c).

(b) Refere-se principalmente a resgate de depósitos judiciais da contraparte conforme acordos celebrados em ações trabalhistas.

22. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2021, a remuneração total do pessoal chave da administração foi de R\$ 70 (R\$ 66 em 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo .

b) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere aos prazos de vencimento e às taxas de remuneração pactuadas. Os saldos podem ser resumidos como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2020</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Receitas</u>	<u>Ativo</u>	<u>Receitas</u>
	<u>(passivo)</u>	<u>(despesas)</u>	<u>(passivo)</u>	<u>(despesas)</u>
SZAJMAN PARTICIPAÇÕES				
SOCIETÁRIAS S.A. (Controladora)				
Depósitos à vista	(14)	-	(6)	-
Captações em depósitos a prazo	(1.546)	(16)	(1.567)	(25)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.879)	-	(4.879)	-
VR ALUGUEIS E SERVICOS S.A.				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(11)	-	(35)	-
Captações em depósitos a prazo	(47.581)	(504)	(48.760)	(503)
VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROC.				
S/A. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(262)	-	(14.977)	-
Captações em depósitos a prazo	(253.050)	(2.679)	(232.827)	(6.191)
VR ADM.ASS.CORRETAGEM				
SEGUROS LTDA. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(4)	-	(13)	-
Captações em depósitos a prazo	(36)	(1)	(5)	(1)
MORUMBI DO BRASIL PROJETOS				
IMOB. S.A (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(22)	-	(13)	-
Captações em depósitos a prazo	(792)	(8)	(403)	-
VR PRESTAÇÃO DE SERV. ADM.				
LTDA. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(37)	-	(17)	-
Captações em depósitos a prazo	(1.337)	(14)	(875)	(7)
VR ASSESSORIA DE				
INVESTIMENTOS LTDA. (Parte				
Relacionada)				
Depósitos à vista	(11)	-	(15)	-
Captações em depósitos a prazo	(2.285)	(24)	(3.859)	(7)
SMART.NET HOLDINGS S.A. (Parte				
Relacionada)				
Depósitos à vista	(14)	-	(5)	-
Captações em depósitos a prazo	(361)	(4)	(363)	(6)
VR DESENVOLVIMENTO DE				
NEGOCIOS S.A. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(15)	-	(8)	-

Captações em depósitos a prazo	(17.728)	(187)	(344)	(5)
VR IMOVEIS E SERVIÇOS LTDA.				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(16)	-	(80)	-
Captações em depósitos a prazo	(9.490)	(100)	(9.938)	(105)
VR HOLDINGS S.A. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(18)	-	(64)	-
Captações em depósitos a prazo	(48.519)	(514)	(36.053)	(862)
Outras empresas do grupo				
Depósitos à vista	(78)	-	(29)	-
Captações em depósitos a prazo	(32)	(1)	(1)	-
Acionistas e seus familiares:				
Depósitos à vista	(400)	-	(739)	-
Captações em depósitos a prazo	(655)	(7)	(5.276)	(158)
TOTAL				
Depósitos à vista	(902)	-	(16.001)	-
Captações em depósitos a prazo	(383.412)	(4.059)	(340.271)	(7.870)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.879)	-	(4.879)	-

23. ACORDO DA BASILEIA

O BACEN emitiu em 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II. (Resolução 4.193).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. (Resolução 4.192).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes

instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)		
Patrimônio de referência Nível I	<u>31.720</u>	<u>35.268</u>
Patrimônio líquido	31.720	35.268
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	<u>157.896</u>	<u>152.342</u>
Exposição ao risco de crédito - RWAcpad (anteriormente Pepr)	132.757	126.822
Risco operacional - RWAopad (anteriormente Popr)	25.159	25.520
Patrimônio de referência mínimo exigido	12.633	12.187

24. OUTROS ASSUNTOS

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Banco VR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram constatados impactos nas operações do Banco VR S.A.

* * *